



Critérios de Pesquisa:

Período: 01/02/2022 a 28/02/2022

Indexação: "Reforma Administrativa" or "PEC 32/2020"

Documento 1/10

1.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária	- 02/02/2022-
	CD	19:24
Publ.: DCD - 03/02/2022 - MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 1.208, de 2021, acerca da criação do Programa Prioritário Pró-Pesquisa Covid-19, durante a emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus. Contrariedade à aprovação da proposta governamental de reforma administrativa.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta matéria é muito importante, porque ela inclusive faz enfrentamento ao negacionismo. E é interessante a origem da matéria, mas principalmente as melhorias que foram feitas pela Relatora, pelo Senado Federal e pelo conjunto da tramitação, que mostra a força da tramitação legislativa.

O principal no Brasil é que esse apoio, Deputada Soraya Santos, essa garantia de que não se cale a ciência seja reforçada numa votação como esta. É um absurdo que tenhamos cedido ao negacionismo! Os recursos para a ciência e a tecnologia no Brasil estão cortados; as universidades e os institutos federais que produzem ciência e tecnologia estão desprezados do ponto de vista orçamentário. E o Governo faz uma disputa, uma queda de braço contra a ciência, quando deveria estar valorizando cada uma das descobertas e, inclusive, produzindo dentro do País, com os cientistas brasileiros, com a excelência que temos aqui dentro em termos de pesquisa em ciência e tecnologia, os melhores caminhos para a solução de uma situação pandêmica como esta que estamos vivendo.

Quero reforçar, neste momento, ao votarmos favoravelmente ao relatório e à matéria, que é um absurdo o que o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - que nem merece assim ser chamado - colocou no Disque 100, que é um instrumento de denúncia contra a violência que ocorre contra crianças, idosos e pessoas com

deficiência. Essa Ministra desse Governo anticiência que se encontra lá sentada colocou no Disque 100 um caminho para a denúncia contra aqueles que defendem a vacina, porque é um Governo contra a vacina.

Não teríamos chegado a 630 mil mortos no Brasil se o Governo não tivesse atrasado a vacina, se o Governo não tivesse investido em uma lógica que a CPI da COVID mostrou muito bem, que é aceitar naturalmente a morte de brasileiros e brasileiras. E nós não estamos livres. Estamos diante de uma nova onda, de novas variantes. E o Governo brasileiro continua atacando o SUS, atacando os profissionais de saúde.

Eu escutei hoje um pronunciamento favorável à reforma administrativa. Ora, toda reforma administrativa que visa atacar serviços públicos se coloca, na verdade, também contra a ciência e a tecnologia e contra serviços públicos de qualidade. Na verdade, porque é pela via pública e de responsabilidade do Estado que ações de ciência e tecnologia ocorrem no Brasil.

Votaremos favoravelmente e continuaremos denunciando o Governo anticiência e genocida.

Documento 2/10

1.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária	- 02/02/2022-
	CD	20:04
Publ.: DCD - 03/02/2022 - BOHN GASS-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Agradecimento à bancada do PT pela escolha do orador para Líder do partido na Casa no exercício de 2021. Congratulações a Líderes partidários pelo embate em defesa da democracia e contra o Presidente Jair Bolsonaro. Eleição do Deputado Reginaldo Lopes para Líder do PT na Câmara dos Deputados em 2022.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Obrigado, Sr. Presidente.

Quero agradecer à minha bancada, em primeiro lugar, por ter tido a oportunidade de ser Líder desta maior bancada em 2021 e de ter feito o debate nesta Câmara.

Sr. Presidente, eu quero saudá-lo, quero saudar todos os colegas Líderes dos outros partidos pelo bom embate em defesa da



democracia, em defesa da vacina, contra o negacionismo, em defesa do *impeachment* de Bolsonaro, contra as privatizações, em defesa do reajuste do salário mínimo, para dar poder aquisitivo à população, contra o desmonte do Estado público, contra a PEC 32. Tantas lutas nós fizemos aqui, no bom embate e na constituição da possibilidade de termos a grande esperança da eleição do Presidente Lula agora, neste ano.

A nossa bancada já decidiu que o nosso Líder, para coordenar os nossos trabalhos e nos liderar neste ano, será o nosso querido Deputado de Minas Gerais Reginaldo Lopes. Tenho a honra de, neste momento, ser seu colega aqui e poder lhe passar essa tarefa tão grande de liderar a nossa bancada do Partido dos Trabalhadores, a bancada do Presidente Lula.

Então, eu quero fazer esse agradecimento, esse registro e desejar todo o êxito ao nosso querido Deputado Reginaldo Lopes, que tem sua experiência e sua história dedicada a essa construção.

Obrigado, Sr. Presidente. Um abraço e mais uma vez o meu agradecimento pelo convívio, pelo respeito aos demais Líderes, aqui nessa bancada, pelo debate que nós fizemos, pela referência à nossa bancada do Partido dos Trabalhadores e à nossa decisão.

Eu já quero falar em nome da bancada que o nosso novo Líder é o Deputado Reginaldo Lopes.

Muito obrigado.

Documento 3/10

2.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	03/02/2022-10:08
Publ.: DCD 04/02/2022 -	- ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO	

Sumário

Indignação da oradora com o assassinato brutal do congolês Moïse Mugenyi Kabagambe, no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Legitimação da violência no Governo Jair Bolsonaro. Não votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Incoerência do discurso do Presidente a República em defesa da liberdade de imprensa. Acompanhamento, pelo Parlamento brasileiro, das providências adotadas a



respeito do assassinato do congolês Moïse Mugenyi Kabagambe.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu não poderia começar qualquer fala sem antes me posicionar contra a barbárie a que o País assistiu. Um jovem negro foi amarrado e foi espancado até a morte. Trata-se de um jovem que veio do Congo, de um jovem trabalhador que estava lutando pelos seus direitos, por remuneração pelo trabalho prestado, e que foi vítima de uma barbárie que não pode se naturalizar.

Este é um País tecido com fios de muita violência, um País que conviveu quase 400 anos com a escravidão, um País que tentou calar os tambores que ontem estavam no Brasil inteiro fazendo as homenagens a Iemanjá.

Que Iemanjá possa nos proteger e nos acolher para que possamos atravessar um período extremamente traumático da história brasileira, no qual pedaços do colonialismo, da escravidão, da ditadura são avivados pelo hálito mórbido emanado do Palácio do Planalto.

Nós, neste momento, precisamos nos posicionar contra toda a sorte de barbáries que são estabelecidas todos os dias nesta Nação. Lembro muito de Pedro Aleixo, que dizia, quando se instituiu o AI-5 neste País, que temia o guarda na esquina. Há uma legitimação da violência em um Governo que namora de forma muito profunda com a República Velha. O Governo que nós temos hoje no Brasil caracteriza-se pelo mandonismo, caracteriza-se pelo clientelismo, caracteriza-se pelo coronelismo, é um Governo que resgata elementos daqueles que se acham donos do próprio Estado, que acham que o Estado lhes pertence.

Esse é o sentido, inclusive, da PEC 32, derrotada pela luta dos trabalhadores e das trabalhadoras do serviço público deste País.

Portanto, nós estamos vivenciando esses períodos traumáticos de forma viva. E me vem aqui o Presidente da República falar em liberdade de imprensa? Esse que tentou fechar o Congresso? Esse que tentou fechar o Supremo? Esse que tentou implementar um golpe contra as instituições no último dia Sete de Setembro? O Presidente que mais atacou os profissionais de imprensa neste País? Esse vem falar em liberdade de imprensa?! Esse que quer se apoderar do Estado, para que o Estado lhe sirva, sirva aos seus interesses, e não ao conjunto da Nação?

Por isso, neste momento, eu concluo apenas dizendo que este Parlamento tem que acompanhar a apuração desse assassinato, em plena luz do dia, na orla do Rio de Janeiro, onde a barbárie arrancou a

vida e o sonho de um trabalhador. Nós temos que dizer "não" à barbárie!

Que tenhamos o direito de viver a plenitude de uma humanidade que pressupõe a condição de sermos donos e donas das nossas falas, dos nossos corpos, das nossas vidas, do nosso próprio passado, para que nós possamos atravessar esse período extremamente tenebroso da história brasileira e falar, como dizem as canções, que amanhã vai ser um novo dia e que já escutamos os seus sinais.

Já escutamos os sinais da democracia e da liberdade.

Lula Presidente!

Documento 4/10

2.2022 Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/02/2022-
CD 11:32
Publ.: DCD - 04/02/2022 - TIAGO MITRAUD-NOVO -MG
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA COMO LÍDER
DEPUTADOS DISCURSO

Sumário

Eleição do orador para o cargo de Líder do partido Novo na Casa no exercício de 2022. Defesa de realização das reformas administrativa e tributária. Prioridade da Câmara dos Deputados na votação de propostas destinadas ao combate à corrupção.

O SR. TIAGO MITRAUD (NOVO - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente.

Presidente, como foi anunciado ontem pelo Deputado Paulo Ganime, que foi nosso Líder no ano passado juntamente com o Deputado Vinicius Poit, tive a honra de este ano ser escolhido como Líder da minha bancada, para poder, ao longo deste ano de 2022, ano tão importante para o País, ajudar a conduzir os trabalhos do Partido Novo na Câmara dos Deputados.

Primeiramente, agradeço aos demais sete Deputados que fizeram essa escolha, que muito me honrou.

Gostaria aqui, perante o Plenário, de dizer o que nós do Partido Novo acreditamos que deva acontecer ao longo do ano de 2022.

Infelizmente, nós temos esta cultura no País de evitar temas polêmicos em ano eleitoral, mas fico feliz que os líderes dos Poderes e desta



Casa que falaram aqui ontem na abertura da sessão legislativa tenham mencionado, tenham dito que irão colocar como prioridade temas que nós também temos como prioridade.

Não acreditamos que ano eleitoral deve ser justificativa para não enfrentarmos os verdadeiros problemas do País, para não enfrentarmos as importantes reformas que, há décadas, o País aguarda que sejam votadas aqui. Acreditamos que, independentemente de ano eleitoral ou não, temos, sim, que trabalhar para entregar ao Brasil reformas tão importantes como a reforma administrativa, como a reforma tributária, até para poder mostrar aos eleitores quem são aqueles Deputados e quem são os partidos que não fogem da luta da modernização do Brasil.

Defender reformas em ano eleitoral é algo que os eleitores desejam para poderem diferenciar os Parlamentares que querem ver o Brasil se modernizar e aqueles que desejam nos manter no atraso.

Outro ponto muito importante é não arredarmos o pé das pautas de combate à corrupção. O Brasil aguarda, há muito tempo - inclusive porque foi prometido pelo atual Presidente -, que priorizemos o combate à corrupção. A pauta do fim do foro privilegiado está na Mesa Diretora desta Câmara, aguardando para ser votada há centenas e centenas de dias. O fim da impunidade, com a votação da segunda instância, também aguarda há muito tempo para avançar nesta Casa. E nós precisamos que essas pautas sejam colocadas em votação este ano.

Presidente, do lado do Partido Novo, este Plenário e este Congresso podem aguardar o nosso combate insaciável pelas reformas de que o Brasil precisa e também a luta incessante contra a corrupção.

Gostaria de agradecer também aos Deputados Marcel van Hattem e Adriana Ventura, que estarão ao longo deste ano na Vice-Liderança do Partido Novo na Câmara. Não poderia ter companheiros melhores para me ajudar nesse desafio. A presença deles aqui, nesta quinta-feira, já mostra que a minha Liderança não será sozinha, mas um grupo de trabalho, com Parlamentares dessa qualificação, que este Plenário já conhece muito bem, que estarão ao meu lado ajudando na condução dos trabalhos do Partido Novo nesta Casa.

Agradeço também aos nossos ex-Líderes, o Deputado Paulo Ganime, o Deputado Vinicius Poit e o Deputado Marcel van Hattem, pela forma como conduziram o partido dos primeiros 3 anos, com quem muito aprendi. O espírito desta Liderança de 2022 será de continuidade aos trabalhos que foram feitos. Então, muito obrigado a todos. Contem com o Partido Novo para fazer as reformas e as mudanças de que o Brasil

precisa.

Muito obrigado.

Documento 5/10

2.2022.N

Sessão Deliberativa Extraordinária - 08/02/2022-
CD 17:44

Publ.: DCD - 09/02/2022 ROGÉRIO CORREIA-PT -MG

-

CONGRESSO NACIONAL ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO
DISCURSO

Sumário

Pedido ao Presidente do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco, de concessão de audiência à comissão formada por sindicalistas, magistrados, auditores do trabalho e advogados para debate da devolução, ao Poder Executivo, da Medida Provisória nº 1.099, de 2022, sobre a instituição do Programa Nacional de Prestação de Serviço Civil Voluntário e do Prêmio Portas Abertas. Pedido de transformação de sessão plenária da Câmara dos Deputados em Comissão Geral para debate do reajuste salarial dos servidores públicos federais. Apelo ao Presidente Rodrigo Pacheco de inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 2.788, de 2019, a respeito da instituição da Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens - PNAB.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Presidente Marcelo, é um prazer voltar a falar no Congresso Nacional sob a Presidência de V.Exa.

Eu quero aqui hoje tratar de três assuntos e fazer a V.Exa. e ao Presidente do Congresso Nacional três reivindicações importantes. A primeira delas eu fiz ao Senador Rodrigo Pacheco, a quem pedi que recebesse uma comissão com diversos sindicatos, com associação de procuradores do trabalho, magistrados da Justiça do Trabalho, advogados do trabalho, auditores do trabalho, todas as centrais sindicais. Eles estão solicitando uma audiência com o Senador Rodrigo Pacheco para tratar da devolução da Medida Provisória nº 1.099, mais uma medida provisória feita agora na calada do recesso, através do Ministro "Onyx Caixa Dois", que, mais uma vez, junto com o Presidente Jair Bolsonaro, ataca o direito dos trabalhadores.

Fizeram a medida provisória do trabalho escravo, que eles chamam de trabalho voluntário, mas é sem 13º salário, sem um terço de férias, sem carteira assinada, sem fundo de garantia, sem previdência pública, sem concurso para substituir servidores, com a bagatela de 5 reais e 10 centavos, para se chegar a meio salário mínimo para jovens que não



conseguem emprego.

Eles dizem que vão arrumar esse emprego. Na prática, vão substituir trabalhadores empregados com direitos por jovens sem direitos.

Essa medida provisória já foi derrotada no Senado, e é impressionante como eles voltam com ela. Então, todos nós estamos pedindo que essa medida provisória seja devolvida por já ter sido derrotada, aliás, por duas vezes, no Senado, embora tenha sido aprovada no plenário da Câmara. Portanto, ela já caducou e precisa ser devolvida.

A segunda questão que eu quero pedir a V.Exa., Deputado Marcelo, é para convocar uma Comissão Geral, já que as Comissões não funcionam, para tratarmos do reajuste dos servidores públicos federais. Depois de toda aquela patacoada da PEC 32, da "deforma" administrativa - essa está enterrada, com toda a certeza; felizmente enterramos a PEC 32 -, é preciso tratar agora não apenas do reajuste da Polícia Federal, como quer o Presidente Jair Bolsonaro, mas também do reajuste do conjunto dos servidores federais. Então, eu peço que discutamos como dar esse reajuste, como entramos nesse assunto. Para mim, não devem prevalecer, de forma alguma, medidas como emendas secretas de Relator, que substituem políticas públicas. Valorizar o servidor é política pública. Esta é a segunda solicitação que eu faço. Já estou entrando com requerimento junto com o PCdoB, o PDT, a Deputada Alice Portugal, para que tenhamos marcada essa Comissão Geral para debater esse assunto.

Por fim, Presidente, quero pedir encarecidamente ao Senador Rodrigo Pacheco para pautar o Projeto de Lei nº 2.788, de 2019, que institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens - PNAB. Nós já o aprovamos em 2019 na Câmara dos Deputados, e ele ainda está no Senado. Esse projeto trata exatamente dos direitos daqueles que são atingidos pelos crimes cometidos por mineradoras.

Aqui em Minas Gerais, os crimes da Vale em Mariana e em Brumadinho acabaram ceifando quase 300 vidas. Agora, com toda essa questão que nós vimos das enchentes, o povo foi atingido de novo com uma lama com rejeito de ferro, que entrou na casa das pessoas e entupiu os canos.

Minas Gerais vive uma situação difícil. Hoje mesmo, o povo de Itueta, no Vale do Rio Doce, inclusive vários trabalhadores, fez uma ocupação da ferrovia da Vale porque não aguenta mais esperar que os seus direitos sejam cumpridos.

Esse PL 2.788, repito, já está para ser votado. A Relatora é a Senadora Leila, que já fez, inclusive, audiência pública e tem condições de

apresentar o seu parecer.

Então, peço aos Senadores de todo o País, especialmente aos mineiros e ao Presidente Rodrigo Pacheco, que é das nossas Minas Gerais, que coloquem imediatamente a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens - PNAB em votação. É o mínimo que se pode fazer depois desses crimes que as mineradoras fazem constante e seguidamente em Minas Gerais.

São esses os três pedidos que faço, Presidente Marcelo.

Um grande abraço!

Boa sessão para todos nós.

Documento 6/10

4.2022 Sessão Deliberativa Extraordinária - 09/02/2022-
CD 21:36
Publ.: DCD - 10/02/2022 - ERIKA KOKAY-PT -DF
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 1.070, de 2021, sobre a instituição do Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública (Programa Habite Seguro).

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, esta Casa aprovou o Fundo Nacional de Segurança Pública, que tem objetos muito específicos. Uma dessas destinações previstas no projeto ou na lei que aprovou o Fundo de Segurança Pública são programas habitacionais para os profissionais de segurança. Portanto, isso já foi aprovado aqui. Nós não estamos falando de um orçamento que não seja específico, com finalidades específicas, que compõem o fundo; nós estamos falando de um percentual do fundo para ser destinado, conforme a legislação que foi aprovada por esta Casa, para um projeto habitacional.

É óbvio que nós achamos que deveríamos ter um programa habitacional para todos os servidores. Se se fala em heróis e heroínas, eu vou dizer que heróis e heroínas vestem jaleco branco e estão enfrentando a morte todos os dias, enfrentando a COVID-19. São os profissionais de saúde, os profissionais da educação - estes que usam a lousa e estão ali, todos os dias, enfrentando a pandemia e trazendo

educação, que é uma política tão estruturante --, bem com os profissionais da assistência. Os servidores públicos, os servidores e as servidoras, são heróis e heroínas deste País, e o Governo tentou acabar com os seus direitos, com a PEC 32.

Nós somos contra a retirada de pauta, porque o projeto apenas é derivado de uma proposição já aprovada.

Documento 7/10

4.2022

Sessão Deliberativa Extraordinária - 09/02/2022-
CD 22:36

Publ.: DCD - 10/02/2022 - ERIKA KOKAY-PT -DF

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Razões da rejeição da maioria do povo brasileiro ao Governo Jair Bolsonaro. Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.070, de 2021, sobre a instituição do Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública (Programa Habite Seguro).

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, os discursos não mudam a realidade, não mudam! Fazer um discurso de um Brasil que não existe é um desrespeito com o povo brasileiro. O povo brasileiro está na fila do osso. O povo brasileiro voltou a conviver com a fome. Um projeto que foi aprovado aqui excluiu 24 milhões de brasileiros que tinham auxílio emergencial e agora não têm mais auxílio emergencial. Eles não têm mais auxílio emergencial!

Nós estamos vivenciando um tempo com a gasolina com preço nas alturas. Nós estamos vivenciando um tempo de inflação de dois dígitos e de desemprego absolutamente cruel. Esse é o Governo Bolsonaro. Por isso, mais de 60% da população rejeitam o Governo - rejeitam! Aí vêm aqui Parlamentares tentar construir uma narrativa que não corresponde à realidade, fazer um negacionismo da realidade. Isso é um desrespeito! Isso é um desrespeito com a verdade e um desrespeito com o povo brasileiro.

Para além disso, Bolsonaro virou as costas para os profissionais de segurança com a reforma da Previdência e com tantas ações que tem desenvolvido. Acabou com o Minha Casa, Minha Vida. Acabou com um programa habitacional! Menosprezou os servidores. Queria acabar com

os direitos dos servidores com a PEC 32.

O SR. PRESIDENTE (General Peternelli. PSL - SP) - Peço que conclua, Deputada.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Portanto, nós, que somos favoráveis a esta proposição não podemos estar de acordo ou nos calarmos diante desse desrespeito!

Respeitem o povo brasileiro. Respeitem a dor do povo brasileiro, porque nós choramos quase 640 mil mortos, grande parte delas por responsabilidade do Sr. Jair Bolsonaro.

Documento 8/10

6.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 15/02/2022-14:56
Publ.: 16/02/2022 -	DCD	ROGÉRIO CORREIA-PT -MG
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Contrariedade à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Avocação, pelo Presidente Jair Bolsonaro, da autoria de obras de governos anteriores. Redução, pelo Governo Federal, dos investimentos nas áreas de educação, ciência e tecnologia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Deputada Jandira Feghali, agradeço a concessão da palavra. É um prazer usar da tribuna com V.Exa. presidindo a sessão. Aliás, anteriormente foi a Deputada Alice Portugal e agora é a Deputada Jandira Feghali. É a tranquilidade que temos de que, pelo menos hoje, não vai haver golpe, não vai haver PEC 32, ou destruições a serem votadas e aprovadas sob a sua Presidência. É um prazer falar com V.Exa.

Deputada, vou falar da tragédia que é o Governo desse Jair Bolsonaro. Tirando a inauguração das obras dos outros que ele faz, como nós vimos, agora, no exemplo claro colocado pelo Deputado que me antecedeu, o resto é só desconstrução.

Eu estava olhando os dados de uma pesquisa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro sobre os desinvestimentos do Governo Bolsonaro na educação e na ciência e tecnologia. É impressionante!

Segundo os dados do Ministério da Educação, os investimentos já chegaram, no Brasil, a ficar em torno de 10 bilhões a 20 bilhões de reais por ano nos Governos Lula e Dilma. Este ano, no Governo Bolsonaro, vão baixar para aquilo que tínhamos nos anos 2000: 3 bilhões e 450 milhões de reais. É a destruição do investimento na educação.

Se nós pegarmos os dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, que já teve investimentos da ordem de 3 bilhões a 3,5 bilhões de reais nos Governos Lula e Dilma, veremos que este ano, Deputada Jandira, vão chegar a 720 milhões; ou seja, é praticamente nada!

Também secou o recurso da CAPES, que são as bolsas para que os estudantes possam se manter na universidade. Tais recursos já foram de 350 milhões de reais; este ano serão de 8 milhões reais - e olhe lá! -, depois de uma pressão muito grande, em especial da Comissão de Educação da Câmara.

No caso do CNPq, já houve investimento que chegou a quase 120 bilhões de reais. Este ano serão 16 milhões de reais investidos em bolsas do CNPq.

É, portanto, a destruição da educação pública brasileira, que nas mãos de um Governo genocida. Exatamente quando nós precisávamos fazer investimento em ciência e tecnologia, a aplicação de recursos foi ridícula por parte do Governo também nesse item ciência e tecnologia no que se refere a combate da pandemia.

Esse Governo genocida e ultraliberal leva o Brasil a este caos que nós estamos vivendo hoje. É um Governo que precisa ser rechaçado pelo povo brasileiro, como tem sido. Não é à toa que as pesquisas demonstram cada vez mais a rejeição, que já beira os pontos críticos, o que Governo nenhum teve.

Portanto, fica aqui o nosso repúdio à ação desse Governo no que diz respeito à desconstrução da educação.

Documento 9/10

9.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	22/02/2022-15:04
Publ.: DCD 23/02/2022 -	ROGÉRIO CORREIA-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO



Sumário

Manchetes da mídia intituladas Mais um rolo. Flávio Bolsonaro mobilizou Receita contra o caso das rachadinhas, revelam documentos, e Armados pelo Governo Bolsonaro, CAC's - Caçadores, Atiradores e Colecionadores - usam acesso a material bélico para fortalecer a milícia e o tráfico. Disseminação de fake news pelo Presidente Jair Bolsonaro para reversão do quadro de rejeição ao seu governo e consequente reeleição. Defesa da implantação de programa de geração de emprego e renda no País. Realização pelo PT de seminário sobre a questão do trabalho. Contrariedade à retomada da apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu quero dar continuidade ao que o Deputado Bohn Gass acaba de nos colocar da tribuna.

Se nós acessarmos os jornais, a Internet, as redes de comunicação, as notícias que nós veremos serão mais ou menos as seguintes: *"Mais um rolo. Flávio Bolsonaro mobilizou Receita contra 'caso das rachadinhas', revelam documentos"*. Além de tudo, é um trapalhão, não é? Foi fazer intervenção na Receita e deixou rastros, deixou pistas, deixou provas contra ele. Estava lá tentando esconder as rachadinhas, o que é corrupção, e nós sabemos disso. Isso é Flávio Bolsonaro. O outro, o Presidente, o Jair, prometeu segurança, mas fortaleceu o crime organizado. *"Armados pelo Governo Bolsonaro, CACs"* - Caçadores, Atiradores e Colecionadores - *"usam acesso a material bélico para fortalecer a milícia e o tráfico"*. E a população continua se sentindo insegura. Isso, para citar dois exemplos do que este Governo vem fazendo de mau para o País.

Mas ele age através de *fake news*. Então, ele pensa que vai poder ganhar as eleições e reverter o quadro de rejeição, que é enorme neste Governo, com *fake news*. Nós precisamos votar aqui o projeto sobre as *fake news*. Mas o fundamental, Deputado Professor Israel Batista, é que nós façamos um trabalho concreto, que nós demonstremos, através de um programa, que nós vamos voltar a fazer o Brasil gerar emprego, gerar renda e gerar trabalho. Isso é essencial para o nosso País.

Nós acabamos de realizar um seminário do Partido dos Trabalhadores sobre esse tema, um seminário muito rico, com a participação representativa de vários sindicatos, de diversos setores da sociedade. O dado que nós temos é que são mais de 20 milhões de pessoas com subemprego, 14 milhões de desempregados, e a economia informal também está sofrendo das mazelas deste Governo. Um Governo que disse que a pandemia não precisava e não deveria ser combatida, para preservar a economia. Virou genocídio e virou uma economia



completamente esfacelada. É esse o resultado do Brasil de hoje.

Ora, o centro da nossa política será exatamente reconstruir isso. E só se pode reconstruir emprego, trabalho, se você aumentar a renda do povo brasileiro, fazer como fazia o Lula, como fez no Governo: fazer com que, através da renda, a economia possa ter um círculo virtuoso de crescimento - peço apenas 30 segundos, Presidente, para poder terminar. Esse círculo virtuoso precisa ser refeito, e ele não vai ser refeito com essas políticas ultraliberais de Paulo Guedes, ultrapassadas no mundo, com essas "privatarias" que estão sendo feitas, "deformas", como a trabalhista, que jurava que ia arrumar emprego e, pelo contrário, só retirou direitos. Nós não podemos permitir que, agora, reformas administrativas, como a PEC 32, voltem para este Congresso Nacional.

Por isso, é: Fora, Bolsonaro!

Documento 10/10

11.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 24/02/2022-10:28
Publ.: DCD 25/02/2022 -	JOSÉ RICARDO-PT -AM	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Declaração de voto contra do Projeto de Lei nº 442, de 1991, sobre a legalização de jogos de azar no Brasil. Existência de interesses subjacentes na aprovação da propositura. Defesa de votação pela Casa do Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2021, (Projeto Paulo Gustavo), sobre a concessão, pela União, de apoio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantia de ações emergenciais destinadas ao setor cultural; e do Projeto de Lei nº 1.518, de 2021, acerca da instituição da Política Nacional Aldir Blanc de fomento ao setor cultural. Apoio ao pleito do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica - SINASEFE, em defesa de reajuste salarial; da rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa; e da revogação da Emenda Constitucional nº 95, de 2016, acerca do congelamento, por 20 anos, dos investimentos públicos na área social. Fortalecimento das áreas financeira e profissional do Sistema Único de Saúde - SUS.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Célio Moura, quero saudá-lo. É uma satisfação

ver V.Exa. presidindo o trabalho da Câmara.

Eu queria aqui, primeiramente, me manifestar contra o Projeto de Lei nº 442, de 1991, que trata da liberação de jogos de azar e foi aprovado ontem. Eu votei contrariamente. Considero extremamente negativa para o Brasil a aprovação desse projeto. Nós sabemos das consequências da questão dos jogos. Há uma ilusão de que isso vai aumentar a arrecadação, de que haverá fiscalização. Na verdade, estão se fortalecendo grupos estrangeiros ligados aos cassinos, e é notório o problema da lavagem de dinheiro - fala-se muito sobre isso.

Nós precisamos gerar emprego no Brasil, e não vai ser dessa forma. Na verdade, há grandes interesses por trás desse projeto, aprovado a toque de caixa ontem, com o meu voto contrário.

O que é urgente é aprovar a Lei Paulo Gustavo, que está na pauta de hoje. É um projeto da relatoria do Deputado José Guimarães, do Partido dos Trabalhadores para garantir recursos para o setor cultural. Nós estamos falando de uma área que tem mais de 5 milhões de trabalhadores. Neste caso, há a possibilidade da concessão de recursos no valor de 3,8 bilhões de reais para ajudar esse setor, que está parado ainda devido à pandemia. Portanto, trata-se de ações ainda emergenciais. Para o Amazonas, estão previstos 86 milhões de reais. Isso é muito importante para ajudar as várias atividades que ficaram paradas, para ajudar os trabalhadores que ficaram sem renda nesse período.

Temos na pauta outro projeto de fomento à cultura: a Política Nacional Aldir Blanc. Eu acho que ele tem que ser debatido com prioridade, porque dá a possibilidade de geração de renda e recursos para muitas famílias que hoje estão sem nada.

Sr. Presidente, também quero me manifestar aqui a favor dos pleitos do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica - SINASEFE. A seção do Amazonas me convidou para ver a pauta e me reunir com os professores das escolas técnicas, representados pelo Prof. Eurico e pelo Prof. Renildo. A pauta já foi encaminhada para o Ministério da Economia.

O primeiro pleito é o reajuste salarial. Há uma defasagem nos últimos anos de 49% na questão salarial. Só no Governo Bolsonaro, a defasagem já é de quase 20%. Eles pleiteiam essa atualização, esse reajuste salarial, mas também se manifestam contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, e pedem a revogação da Emenda Constitucional nº 95, que congelou por 20 anos os investimentos públicos, trazendo um grande atraso para o Brasil. O Governo é um atraso, mas essa medida contribui para que o Brasil não invista mais em saúde, educação, moradia, segurança, áreas que



estão a cada dia piores. Então, é importante a revogação da Emenda nº 95.

Também registro o meu apoio ao arquivamento da PEC 32, a reforma administrativa, que de reforma não tem nada. Na verdade, é uma proposta do Governo Bolsonaro que visa destruir o serviço público. Nós não podemos aceitar isso, até porque o certo seria fazer o contrário: fortalecer as várias categorias, fazer concursos públicos, melhorar o serviço público, em particular os serviços de saúde, de que a população tanto precisa. O Sistema Único de Saúde precisa de mais recursos e de mais profissionais para atender a população.

Então, deixo o meu apoio a todo o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais, em particular aos servidores federais da educação.

Obrigado, Sr. Presidente. Eu gostaria que o meu pronunciamento fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*.
